

A. I. N° - 295841.0002/03-8
AUTUADO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PANIFICAÇÃO QUEIROZ LTDA.
AUTUANTE - GUILHERME TEIXEIRA ROCHA
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 05.12.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0457-03/03

EMENTA: ICMS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 04/06/2003, exige ICMS de R\$18.143,98 e multa de 70%, em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas.

O autuado ingressa com defesa, fl. 110, e inconformado com o lançamento, aponta que no demonstrativo elaborado pelo autuante, foram indevidamente relacionadas diversas notas fiscais que totalizam R\$78.793,05, apesar de estarem regularmente registradas nos livros de Registro de Entradas de Mercadorias, números 11, 12, 13, conforme relação que anexa. Diz que no mesmo demonstrativo, a Nota Fiscal n° 66182, emitida em 08/07/1999, no valor de R\$1.699,28, foi relacionada em duplicidade. Conclui que foi apurado a maior o valor de ICMS de R\$13.683,70. Requer que o Auto de Infração seja parcialmente procedente.

O autuante presta informação fiscal, fl. 141, e esclarece o seguinte:

- a) Notas Fiscais n°s 280, 27219 e 44955 não foram registradas.
- b) As Notas Fiscais de números 16777 e 83999, apesar de terem os seus números trocados ou em duplicidade foram registradas.
- c) Quanto às demais notas fiscais, foram registradas conforme aduz o contribuinte em sua defesa.

Elabora novo demonstrativo, que anexa às fls. 142/143 do PAF, que totaliza R\$2.548,16 de ICMS, no exercício de 1998, e R\$2.449,95 no exercício de 1999.

O autuado, cientificado da informação fiscal não se manifestou.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração no qual está sendo exigido o ICMS em razão da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, por empresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração e Pagamento do ICMS – SimBahia, na condição de empresa de pequeno porte, mas que à época dos fatos geradores, anos de 1998 e 1999, estava inscrita no cadastro estadual na condição de Normal.

Constatada a entrada de mercadorias ou bens não registradas, justifica-se a presunção de saídas de mercadorias sem emissão de notas fiscais, conforme determina o artigo 4º, § 4º da Lei nº 7.014/96.

O autuante, após analisar os argumentos da defesa, com relação a cada nota fiscal que o autuado alegou que não fora escriturada no livro de Registro de Entradas, ao prestar a informação fiscal, mantém parcialmente a infração, sob o entendimento de que as Notas Fiscais nºs 280,27219 e 44955 não foram registradas. Quanto às notas fiscais de números 16777 e 83999, apesar de terem seus números trocados ou em duplicidade foram registradas. Reconhece que as demais notas fiscais, apontadas na defesa, também foram registradas.

Coaduno com a conclusão do autuante, que elaborou novo demonstrativo de débito, às fls. 142/145, onde remanesceu os valores de ICMS de R\$2.548,16 no exercício de 1998 e de R\$2.449,95 no exercício de 1999, a serem exigidos neste lançamento, conforme demonstrativo de débito abaixo:

Data Ocorr	Data venc	Base de cálculo	Alíquota	Multa	Valor em Real
31/01/98	09/02/98	1.291,17	17	70	219,50
28/02/98	09/03/98	1.969,35	17	70	334,79
31/05/98	09/06/98	44,97	17	70	7,64
30/06/98	09/07/98	657,00	17	70	111,69
31/07/98	09/08/98	325,00	17	70	55,25
31/08/98	09/09/98	4.255,00	17	70	723,35
30/09/98	09/10/98	2.824,29	17	70	480,13
30/10/98	09/11/98	1.633,05	17	70	277,62
30/11/98	09/12/98	634,23	17	70	107,82
31/12/98	09/01/99	1.355,12	17	70	230,37
31/01/99	09/02/99	2.614,36	17	70	444,44
31/03/99	09/04/99	166,70	17	70	28,34
30/04/99	09/05/99	3.869,70	17	70	657,85
31/05/99	09/06/99	37,48	17	70	6,37
30/06/99	09/07/99	3.467,44	17	70	589,46
31/07/99	09/08/99	940,00	17	70	159,80
31/08/99	09/09/99	703,56	17	70	119,61
30/09/99	09/10/99	400,00	17	70	68,00
31/10/99	09/11/99	1.038,29	17	70	176,51
31/12/99	09/01/00	1.173,92	17	70	199,57
					4.998,11

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **295841.0002/03-8**, lavrado contra **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PANIFICAÇÃO QUEIROZ LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.998,11**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70% prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

